



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

## CONCURSO PÚBLICO

# CARGO: ARQUIVISTA

# E3

### Instruções ao candidato

- Ao receber o **Caderno de Questões**, confira o cargo, se é aquele para o qual você está concorrendo, e verifique se estão impressas as sessenta questões.
- Além deste **Caderno de Questões**, você receberá o **Cartão de Respostas**. Caso não o tenha recebido, peça-o ao **Fiscal de Sala**.
- Verifique se seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Em caso afirmativo, assine-o e leia atentamente as instruções de preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente o erro ao Fiscal. O **Cartão de Respostas** sem assinatura poderá ser invalidado.
- Cada questão apresenta cinco opções de respostas, com apenas uma correta. No **Cartão de Respostas**, atribuir-se-á pontuação zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- Não é permitido ao candidato: usar instrumentos auxiliares para cálculo e desenho; portar material que sirva de consulta; copiar as opções assinaladas no **Cartão de Respostas**.
- O tempo disponível para responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas** é de quatro horas.
- Reserve pelo menos os vinte minutos finais para o preenchimento do **Cartão de Respostas**, que deve ser feito com caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
- Quando terminar de responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas**, entregue todo esse material ao Fiscal de Sala.
- Retirando-se do local da prova após ter decorrido três horas do início, você poderá levar o **Caderno de Questões**.



Após o aviso de início da prova, os candidatos só poderão se retirar do local decorrido o tempo mínimo de noventa minutos.



## Parte I: Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### CAMINHO SEM RECULO

1 Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país. Elas se apoiam em raciocínios de um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas. Contra ideias argumenta-se com contraditos, terreno da paixão. Já os fatos lidam com resultados objetivos. É este, sem dúvida, o caminho mais indicado para a discussão sobre a necessidade ou não de o Estado controlar a circulação de armamento e de limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade (bem como, em casos restritos, a profissionais que, por força de suas atribuições, têm assegurado o direito à autodefesa). Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social.

2 A primeira Campanha de Desarmamento, instituída a partir da adoção do Estatuto do Desarmamento (2003), tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005. Foi incontestável o impacto sobre os índices de criminalidade dessa primeira investida contra o armamentismo indiscriminado. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país. Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas. É um dado que precisa ser avaliado não só pelo ângulo do combate à violência, mas também da saúde pública (o SUS deixou de gastar no período R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala) e pelo viés social (a quantidade de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes). A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram.

3 Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país. O Brasil, com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrorizante até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo, diz o Ministério da Justiça. Isso porque não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, por mais crucial que seja essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, por mais avançada que seja (caso do Estatuto), sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas. Há, ainda, providências inadiáveis que precisam se juntar aos passos já dados - como aumentar o rigor do controle de fronteiras, por onde passa boa parte do arsenal que abastece quadrilhas do crime organizado, depuração de organismos policiais comprovadamente contaminados pela promiscuidade com o crime, maior rigor da Justiça com a aplicação das restrições e das punições previstas no Estatuto, etc.

4 No plebiscito de 2005, rejeitada a proibição da venda de armas de fogo (decisão soberana da maioria dos cidadãos), perdeu-se uma grande oportunidade de

ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento. Uma das faturas desse equívoco ficou registrada, por exemplo, num documento da CPI do Tráfico de Armas da Câmara dos Deputados: no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas. Não há razão para duvidar que esta seja a realidade em todo o país. Há, portanto, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não. Trata-se de contencioso social que pressupõe não só ações tópicas, mas providências estratégicas reunidas numa permanente política de Estado.

(Editorial. O Globo. 03/11/11, p. 6.)

**01** A leitura do parágrafo 1 permite depreender que, na visão do editorialista, a questão do desarmamento civil no país:

- (A) só será resolvida se o Estado passar a controlar a circulação de armamento e limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade;
- (B) depende da atuação de profissionais que, por força de suas atribuições, garantem o direito de autodefesa e segurança dos cidadãos;
- (C) vem sofrendo profundo desgaste à medida que passa por considerações de toda ordem contrárias ao efetivo controle das armas em mãos da população;
- (D) tem de ser analisada com dados objetivos, ou argumentos de provas concretas, não com contraditos movidos pela paixão;
- (E) precisa se apoiar em raciocínios amplos que vão da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas.

**02** No parágrafo 2, o editorialista enumera os ganhos resultantes das campanhas de desarmamento, entre os quais NÃO se pode incluir o seguinte:

- (A) teve enorme impacto sobre os índices de criminalidade, reduzindo drasticamente a ação da Polícia no sentido de coibir os homicídios por armas de fogo;
- (B) segundo estimativas do Ministério da Saúde, somente em 2004 foram poupadas mais de 3 mil vidas no país;
- (C) pelo viés social, foi considerável o número de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes;
- (D) tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005;
- (E) de 2003 a 2006, o SUS deixou de gastar R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala.

**03** No parágrafo 3, o editorialista desenvolveu uma linha de raciocínio que, em relação ao parágrafo 2, se apresenta principalmente como:

- (A) um conjunto de ideias que exprimem um efeito negativo das campanhas de desarmamento, ficando claro que só entregar armas não diminui os índices de violência;
- (B) um contraponto de ideias, em face da constatação de que, apesar das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país;
- (C) um resumo de ideias para explicar por que o Brasil, segundo o Ministério da Justiça, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo;
- (D) um contra-argumento à iniciativa de desarmar a população civil, demonstrando que o país tem problemas sérios de gestão na área de segurança, estando ainda despreparado para o desarmamento;
- (E) um reforço a favor da ideia das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, desde que sejam tomadas providências, como aumentar o rigor do controle de fronteiras, depurar organismos policiais e ter uma Justiça que aja com maior rigor.

**04** No parágrafo 4, ao abordar o plebiscito ocorrido em 2005, no qual foi rejeitada a proibição da venda de armas de fogo, o editorialista deixa clara a seguinte posição a respeito desse resultado:

- (A) ceticismo em relação ao resultado, pois é uma realidade em todo o país que grande parte do armamento usado pelo narcotráfico provém do comércio legalmente estabelecido;
- (B) acatamento, por ter sido uma decisão tomada pela maioria da população, cabendo às autoridades o desafio de travar a guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência;
- (C) inconformidade em relação ao resultado, pois, como ficou provado num documento da CPI da Assembleia Legislativa do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas;
- (D) certeza de que foi uma sábia decisão, uma vez que se trata de contencioso social que pressupõe ações tópicas e providências estratégicas de uma permanente política de Estado;
- (E) respeito à decisão soberana da maioria dos cidadãos, mas defesa do ponto de vista de que se perdeu uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

**05** A conjunção em caixa alta no período “Há, PORTANTO, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não” (parágrafo 4) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por todas as formas relacionadas abaixo, EXCETO por:

- (A) conquanto;
- (B) por conseguinte;
- (C) pois;
- (D) à vista disso;
- (E) dessa maneira.

**06** Os dois fragmentos destacados no trecho “não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, POR MAIS CRUCIAL QUE SEJA essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, POR MAIS AVANÇADA QUE SEJA” (parágrafo 3) exprimem o sentido de:

- (A) causa;
- (B) finalidade;
- (C) concessão;
- (D) consequência;
- (E) comparação.

**07** Das alterações feitas abaixo na redação do período “Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país” (parágrafo 1), aquela que está INCORRETA, quanto à concordância, de acordo com a norma culta da língua, é:

- (A) Poderão existir considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (B) Devem ocorrer considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (C) Existem considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (D) Hão de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (E) Tem de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.

**08** Lendo-se com atenção o período “Porque É em números e estatísticas, dados bem objetivos, QUE se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social” (parágrafo 1) e analisando-se o valor discursivo dos termos em caixa alta, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que NÃO se registra o mesmo valor discursivo é:

- (A) Sem o respeito às normas do Estatuto do Desarmamento, a população é que sofre.
- (B) É numa atuação mais consistente das autoridades que repousa a esperança da população.
- (C) É pela consciência ativa da população que se vai encontrar a solução para o problema.
- (D) Do comércio legal é que sai a maior parte do armamento usado pelos criminosos.
- (E) A esperança é que haja um controle rigoroso das armas nas mãos da população civil.

**09** Na estruturação do período “Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3), o editorialista desenvolveu seu pensamento com base em três relações de sentido, as quais, na ordem em que ocorrem no texto, são:

- (A) concessão / meio / finalidade;
- (B) causa / consequência / modo;
- (C) concessão / consequência / causa;
- (D) consequência / concessão / modo;
- (E) meio / finalidade / causa.

**10** Nos itens abaixo, foram extraídas orações do texto e, ao lado de cada uma, foi feita a conversão de voz verbal. Houve INCORREÇÃO na conversão da voz verbal em:

- (A) “o Estado controlar a circulação de armamento” (parágrafo 1) / a circulação de armamento ser controlada pelo Estado.
- (B) “Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas” (parágrafo 2) / Somente em 2004 estimou-se que tenham poupado mais de 3 mil vidas.
- (C) “É um dado que precisa ser avaliado” (parágrafo 2) / É um dado que precisam avaliar.
- (D) “o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3) / o país ainda se assusta com o perfil da violência decorrente da criminalidade armada.
- (E) “perdeu-se uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento” (parágrafo 4) / perderam uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

**11** Das alterações feitas abaixo na redação do trecho “um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas” (parágrafo 1), aquela em que está INCORRETO o emprego do acento indicativo da crase é:

- (A) um arco que se abre da ideologia àquilo que é do interesse da indústria de fabricação de armas.
- (B) um arco que se abre da ideologia à toda e qualquer defesa da indústria de fabricação de armas.
- (C) um arco que se abre da ideologia àqueles que defendem os interesses da indústria de fabricação de armas.
- (D) um arco que se abre da ideologia à própria identidade de defesa da indústria de fabricação de armas.
- (E) um arco que se abre da ideologia à imprensa, desde que haja defesa da indústria de fabricação de armas.

**12** Das alterações feitas abaixo na redação da oração adjetiva do período “A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram” (parágrafo 2), aquela em que está INCORRETO o emprego do pronome relativo, na perspectiva da regência, é:

- (A) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas nas quais milhares de pessoas se engajaram.
- (B) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em cujo lema foi denominado “Ação de Desarmamento”.
- (C) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas durante as quais houve muitos incidentes.
- (D) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas às quais a imprensa se referiu.
- (E) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em consequência das quais houve substancial redução no número de armas.

**13** Observe as vírgulas empregadas no trecho “com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrador até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo” (parágrafo 3). Pode-se afirmar que, entre os trechos abaixo, aquele em que o emprego de vírgula obedeceu à mesma regra de pontuação das vírgulas empregadas no trecho acima é:

- (A) “Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações” (parágrafo 1);
- (B) “tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005” (parágrafo 2);
- (C) “Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país” (parágrafo 2);
- (D) “sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas” (parágrafo 3);
- (E) “no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas” (parágrafo 4).

**14** Os termos destacados no trecho “É um dado que precisa ser avaliado NÃO SÓ pelo ângulo do combate à violência, MAS TAMBÉM da saúde pública” (parágrafo 2) são responsáveis, entre os constituintes do período, por uma correlação de sentido:

- (A) adversativo;
- (B) explicativo;
- (C) aditivo;
- (D) alternativo;
- (E) conclusivo.

**15** O nome em caixa alta no trecho “decisão soberana da maioria dos CIDADÃOS” (parágrafo 4) está corretamente flexionado para o plural. Dos pares abaixo, com nomes flexionados para o plural, o par em que um dos nomes está INCORRETAMENTE flexionado é:

- (A) vulcões / guardiões;
- (B) cristãos / anciãos;
- (C) ermitães / capitães;
- (D) catalães / sacristãos;
- (E) tabeliães / escrivãos.

**16** No trecho “PORQUE é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas” (parágrafo 1), o termo em caixa alta está corretamente grafado. Sabendo-se que o referido termo pode ser grafado de quatro formas distintas, pode-se afirmar que está INCORRETA a frase:

- (A) Por que havia tantas armas nas mãos dos cidadãos?
- (B) Quero saber por que há tantas armas nas mãos dos cidadãos.
- (C) Não se sabia o porquê de haver tantas armas em poder dos cidadãos.
- (D) Havia muitas armas em poder dos cidadãos por quê?
- (E) Desconhecia-se a razão porque ainda havia muitas armas em poder dos cidadãos.

**17** O nome em caixa alta no trecho “em internações de potenciais VÍTIMAS de ferimentos à bala” (parágrafo 2), do ponto de vista do gênero, é feminino, mas pode ser usado para indivíduos de ambos os sexos (são chamados sobrecomuns). Nas frases abaixo também foram usados nomes sobrecomuns, entre os quais está com emprego INCORRETO o seguinte:

- (A) Quem anda armado pode tornar-se um algoz para seus semelhantes.
- (B) O marido descobriu que sua cômjuge portava uma arma.
- (C) É preciso fazer a defesa de nossos entes queridos.
- (D) Havia uma testemunha que ainda iria depor.
- (E) Um marginal armado pode tornar-se um verdadeiro verdugo.

**18** A forma verbal em caixa alta no trecho “contra os armamentos que CEVAM a criminalidade e a violência” (parágrafo 4) – que significa “alimentam”, “nutrem” – é homônima da forma SEVAM, do verbo “sevar”, usada no sentido de “raspar” (sevar a mandioca para fazer farinha). Considerando-se a necessidade de se ajustar ao contexto o emprego de termos homônimos, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que a lacuna é preenchida pelo segundo termo indicado entre parênteses é:

- (A) Para se \_\_\_\_ (ascender / acender) socialmente, é preciso boa educação.
- (B) A Justiça determinou que o sentenciado \_\_\_\_ (expiasse / espiasse) seus crimes em regime fechado.
- (C) A criminalidade costuma ser maior nos \_\_\_\_ (extratos / estratos) menos favorecidos da sociedade.
- (D) Os que portam armas podem ser \_\_\_\_ (tachados / taxados) de perigosos.
- (E) Com a greve, somente a \_\_\_\_ (seção / sessão) de telegramas estava atendendo.

**19** Tomando-se os vocábulos “discussão” (parágrafo 1) e “adoção” (parágrafo 2), constata-se que em ambos, na última sílaba, o mesmo som é grafado de formas distintas – com SS e com Ç –, fato que constitui um problema ortográfico em português. Nos pares abaixo, aquele em que uma das palavras foi grafada INCORRETAMENTE, por ter-se confundido as duas formas acima descritas, é:

- (A) digreção / progressão;
- (B) infração / admissão;
- (C) ereção / concessão;
- (D) exceção / submissão;
- (E) execução / repressão.

**20** O verbo em caixa alta no trecho “Trata-se de contencioso social que PRESSUPÔE não só ações tópicas” (parágrafo 4) é derivado do verbo PÔR, cuja flexão é irregular. Das frases abaixo, com derivados do verbo PÔR, está INCORRETA quanto à flexão verbal a seguinte:

- (A) Os estados não dispõem de fiscais suficientes para exigir o cumprimento das leis.
- (B) Os policiais compuseram um grupo de elite que inibiu o uso de armas.

- (C) Naquele tempo, as pessoas contrapunham-se à ordem constituída.
- (D) As pessoas anteporam seus interesses aos da coletividade.
- (E) Esperava-se que o plebiscito repusesse os ganhos do Estatuto do Desarmamento.

## Parte II: Conhecimentos Específicos

**21** São características básicas para conceituar arquivo:

- I seus documentos são administrados por etapas;
- II tem caráter orgânico que liga um documento a outros do mesmo conjunto;
- III há exclusividade de criação e recepção por uma repartição, firma ou instituição;
- IV seus documentos podem servir como prova de hierarquias.

Estão corretas, apenas, as afirmações:

- (A) I e IV;
- (B) II e III;
- (C) I e II;
- (D) II e IV;
- (E) III e IV.

**22** Elemento de descrição para a ISAD (G), que o destina para identificar qualquer unidade de descrição:

- (A) grupo;
- (B) código;
- (C) arranjo;
- (D) série;
- (E) código de referência.

**23** Um requisito prioritário para a implantação da GED em uma instituição é sua:

- (A) política de arquivos;
- (B) organização arquivística;
- (C) verba destinada ao sistema;
- (D) administração e infraestrutura;
- (E) política de informática.

**24** Tem como propósito a definição de um modelo referencial para o desenvolvimento de sistemas abertos de informações de arquivos e, como um dos focos, a informação digital:

- (A) OAIS;
- (B) AAIS;
- (C) SAAD;
- (D) e-Gov;
- (E) DISA.

**25** Instrumento de controle ou gestão de depósito destinado a indicar a localização física das unidades de arquivamento nos depósitos:

- (A) relatório arquivístico;
- (B) tabela de classificação;
- (C) cadastro documental;
- (D) controle toponímio;
- (E) inventário topográfico.

**26** Para Fonseca (2005), o objeto da Arquivologia é duplo porque traz informações referentes ao:

- (A) processo sintético de criação do documento e seu armazenamento;
- (B) procedimento de análise da sua estrutura e de sua organização;
- (C) mecanismo de funcionamento do arquivo e de sua organização;
- (D) gerenciamento do conjunto documental e de sua avaliação;
- (E) processo de criação do documento arquivístico e ao conteúdo semântico do mesmo.

**27** A ideia que representa o contrário da concepção de ciclo vital dos documentos e tem como premissa o fato de que os documentos eletrônicos arquivísticos devem ser tratados como um todo é a de:

- (A) documentos de custódia;
- (B) arquivos permanentes;
- (C) arquivos constantes;
- (D) documentos contínuos;
- (E) documentos de gerenciamento constante.

**28** Amplia a análise diplomática, considerando gênese e contexto do documento a partir da entidade geradora ou acumuladora, em relação às suas atribuições, competências, funções e atividades:

- (A) gestão do conhecimento;
- (B) organização documental;
- (C) representação temática;
- (D) gestão de serviços arquivísticos;
- (E) tipologia documental.

**29** Para facilitar a pesquisa e a divulgação dos arquivos permanentes públicos é necessário estabelecer uma política de descrição documental que tenha como pontos básicos:

- (A) o arranjo, o plano de trabalho e o sistema de arquivamento;
- (B) as datas-limite, a hierarquia e o arranjo arquivístico;
- (C) a hierarquia, as prioridades, a técnica e a planificação;
- (D) o plano de trabalho, a gestão dos documentos e o inventário;
- (E) a identificação dos responsáveis, a gestão institucional e o arranjo.

**30** A caracterização da tipologia de cada uma das séries, as datas-baliza, as quantidades documentais e as notações de localização são itens fundamentais de descrição no caso de:

- (A) inventário;
- (B) organização;
- (C) representação;
- (D) classificação;
- (E) armazenamento.

**31** A elaboração do Conarq estabeleceu importante passo para a constituição de uma:

- (A) centralização de procedimentos arquivísticos;
- (B) rede de arquivos públicos e privados;
- (C) redução dos custos com processos;
- (D) criação de gerenciamento autônomo;
- (E) definição de normas de arquivamento.

**32** Atividades consideradas essenciais no trabalho arquivístico, já que as demais baseiam-se nelas e são, em grande parte, de natureza material:

- (A) analíticas;
- (B) representativas;
- (C) classificatórias;
- (D) organizacionais;
- (E) administrativas.

**33** Conjunto de documentos que podem ser classificados como informativos, pois são opinativos, esclarecem questões contidas em outros documentos e seu conteúdo fundamenta uma resolução:

- (A) memorandos, relatórios, estatísticas, notícias;
- (B) notícias, memorandos, resenhas, pareceres;
- (C) pareceres, relatórios, votos, despachos interlocutórios;
- (D) cartas, votos, despachos interlocutórios, resenhas;
- (E) conclusões, despachos, memorandos, pareceres.

**34** Significa apensação de um processo a outro:

- (A) prensagem;
- (B) reunião;
- (C) vistoria;
- (D) juntada;
- (E) colagem.

**35** A função considerada a mais nobre dos arquivos correntes é sua:

- I utilização, mediante empréstimo;
- II organização, mediante acesso aos planos de classificação;
- III utilização, mediante consulta;
- IV organização, mediante registro no protocolo.

Estão corretas, apenas, as afirmações:

- (A) II e III;
- (B) II e IV;
- (C) III e IV;
- (D) I e III;
- (E) I e IV.

**36** Listagem descritiva do acervo adotada em arquivos permanentes:

- (A) lista de documentos;
- (B) relação documental;
- (C) relação de recolhimento;
- (D) lista protocolar;
- (E) "check list".

**37** Os documentos recolhidos aos arquivos intermediários conservam a:

- (A) dimensão em que foram armazenados nos arquivos correntes;
- (B) localização estabelecida nos arquivos de custódia;
- (C) organização que lhes foi atribuída nos arquivos correntes;
- (D) dimensão dos arquivos de segundo ciclo;
- (E) classificação que lhes foi dada nos arquivos correntes.

**38** Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo:

- (A) Decreto nº 59.820, de 6 de julho de 1979;
- (B) Resolução nº 6.457, de 9 de junho de 1979;
- (C) Lei nº 82.590, de 6 de maio de 1980;
- (D) Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978;
- (E) Lei nº 8.259, de 9 de agosto de 1978.

**39** Para a Diplomática, os documentos eletrônicos podem e devem ser identificados por seus:

- (A) metadados avaliados;
- (B) constituintes formais;
- (C) dados informacionais;
- (D) elementos informais;
- (E) constituintes avaliativos.

**40** Objetiva definir e apresentar ao Conarq normas, diretrizes, procedimentos técnicos e instrumentos legais sobre gestão arquivística e preservação dos documentos digitais, em conformidade com os padrões nacionais e internacionais:

- (A) CTT;
- (B) GT;
- (C) CTDE;
- (D) GT2;
- (E) CNT.

**41** A compreensão e a aplicação de conceitos, tais como aprendizagem organizacional, gestão de competências e de capital intelectual, educação corporativa, comunidades de práticas, relacionados à otimização dos sistemas de informação institucionais, amplia o campo profissional, possibilitando a inserção do arquivista no âmbito da:

- (A) gestão de pessoas;
- (B) organização informacional;
- (C) competência organizacional;
- (D) gestão do conhecimento;
- (E) administração de recursos informacionais.

**42** Um documento de autenticidade não reconhecida é chamado de:

- (A) apóstrofo;
- (B) apócrifo;
- (C) apógrafo;
- (D) ágrafo;
- (E) anódino.

**43** Áreas que nasceram da necessidade de se proceder a uma análise crítica dos documentos suspeitos de falsificação:

- (A) Diplomática e Diplomacia;
- (B) Diplomática e Paleografia;
- (C) Arquivologia e Hagiografia;
- (D) Documentação e Análise Textual;
- (E) Paleontologia e Documentação Analítica.

**44** O diagnóstico da situação documental antecede qualquer uma das funções arquivísticas, gerando um bom nível de informações introdutórias, apesar de insuficientes para a definição de:

- (A) "headwords";
- (B) ciclos informacionais;
- (C) prognósticos;
- (D) "workflows";
- (E) históricos documentais.

**45** O Decreto nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999:

- (A) regulamenta a NBR relativa a arquivos correntes;
- (B) institui nacionalmente a Tabela de Temporalidade;
- (C) regulariza o Conarq;
- (D) decreta as competências do profissional arquivista;
- (E) institui o Programa Sociedade da Informação no Brasil.

**46** Segundo Santos (2007), uma das possibilidades da gestão da informação arquivística é o acesso à:

- (A) documentação contextualizada;
- (B) gerência arquivística;
- (C) informação descontextualizada;
- (D) organização documental;
- (E) administração organizacional.

**47** A organização dos documentos acumulados diariamente pelas instituições exige uma maior sofisticação dos:

- (A) esquemas de classificação;
- (B) planos de aquisição;
- (C) projetos de documentação;
- (D) esquemas corporativos;
- (E) documentos de solicitação.



**48** Identificar as exigências do conhecimento da organização e a que ponto elas podem ser supridas pelas informações contidas nos arquivos, assim como fornecer um sistema que permita que essas informações possam ser registradas, indexadas, preservadas, acessadas sempre que requeridas, rearquivadas e protegidas contra danos ambientais, são papéis da:

- (A) administração de documentos arquivísticos;
- (B) gestão informacional no contexto contemporâneo;
- (C) organização e preservação documental;
- (D) análise diplomática contemporânea;
- (E) gestão de documentos no contexto da gestão do conhecimento.

**49** É a anotação oficial em documento que o altera ou complementa:

- (A) averbação;
- (B) rubrica;
- (C) anotação;
- (D) visto;
- (E) recomendação.

**50** Segundo Schellenberg (2002), os objetivos de uma administração eficiente de arquivos só podem ser alcançados quando se dispensa atenção aos documentos desde sua criação até o momento em que são transferidos para um arquivo de custódia permanente ou são:

- (A) eliminados;
- (B) armazenados;
- (C) analisados;
- (D) avaliados;
- (E) preservados.

**51** Componentes do documento eletrônico arquivístico que servem de instrumento para sua análise diplomática:

- (A) índices;
- (B) metadados;
- (C) GED;
- (D) sites;
- (E) "urls".

**52** Disciplina que estuda os selos, sinetes e carimbos usados em documentos:

- (A) Sigilografia;
- (B) Sismologia;
- (C) Heráldica;
- (D) Xilografia;
- (E) Hagiografia.

**53** A fragilidade dos novos suportes, a falta de padronização de equipamentos que permitam a recuperação das informações no futuro e o desconhecimento, por parte daqueles que criam esses novos documentos arquivísticos, do valor que os mesmos representam para a história e o funcionamento das organizações, são questões a considerar, na opinião de Paes (2005), em face dos riscos de:

- (A) dificuldade de acesso;
- (B) limitação de controle gerencial;
- (C) ausência de compreensão;
- (D) perda de informações;
- (E) confusão informacional.

**54** Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil – pelos órgãos e entidades integrantes do Sinar:

- (A) Lei nº 82.590, de 6 de novembro de 1979;
- (B) Decreto nº 4.657, de 10 de janeiro de 2007;
- (C) Resolução nº 27, de 25 de abril de 2006;
- (D) Lei nº 8.529, de 4 de abril de 2008;
- (E) Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007.

**55** A avaliação de documentos arquivísticos e consequentes prazos fixados pelas tabelas de temporalidade devem referir-se:

- (A) a documentos específicos;
- (B) às séries documentais;
- (C) ao conjunto de informações;
- (D) às políticas de gestão;
- (E) à hierarquia entre documentos.

**56** Para avaliar se um documento tem valor secundário, é necessário observar os princípios de:

- (A) univocidade, conteúdo e valor;
- (B) organização, forma e conteúdo;
- (C) unicidade, forma e importância;
- (D) qualidade, preservação e hierarquia;
- (E) forma, conteúdo e utilização.

**57** Para Schellenberg (2002), é importante que os papéis individuais sejam mantidos no seu contexto e na sua posição física original porque o arranjo dos arquivos afeta o(a):

- (A) valor probatório dos mesmos;
- (B) dinamismo dos documentos;
- (C) hierarquia dos suportes documentais;
- (D) armazenamento dos conteúdos;
- (E) tabela de temporalidade.

**58** O arquivo de entidade coletiva pública, independente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país, é denominado:

- (A) arquivo federal;
- (B) arquivo estadual;
- (C) arquivo municipal;
- (D) arquivo oficial;
- (E) arquivo público.

**59** Segundo Rousseau e Couture (1998), a afirmação de que os arquivos permanentes não têm qualquer utilidade para a administração que os produziu demonstra:

- (A) elaboração sistemática do ciclo vital dos documentos;
- (B) associação necessária do arquivo permanente com a visão histórica nele embutida;
- (C) simplificação na avaliação entre documentos primários e secundários;
- (D) comprovação da ligação entre documentos históricos;
- (E) conhecimento sobre a necessidade histórica inerente aos arquivos.

**60** A opção INCORRETA entre aquelas que Bellotto (2007) considera as qualidades esperadas para o arquivista no século XXI é:

- (A) capacidade para esclarecer situações complexas e ir ao essencial;
- (B) aptidão para tomar decisões sobre questões ligadas à memória da sociedade;
- (C) abertura às novas tecnologias da informação;
- (D) adaptação à realidade, às condições de seu tempo e lugar;
- (E) competência para priorizar questões específicas.

